



## **SITUAÇÕES DE DESASTRES, ENCHENTE DOS RIOS E ASSISTÊNCIA SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE A REALIDADE DE UM MUNICÍPIO AMAZÔNICO**

Kássia Karise Carvalho Carneiro

Patrício Azevedo Ribeiro

**RESUMO:** Este artigo propõe refletir sobre as situações de desastres e o atendimento realizado pela Política de Assistência Social (PAS) às famílias afetadas. Particulariza o debate na realidade do município de Barreirinha, Estado do Amazonas, o qual convive anualmente com a enchente e a cheia dos rios, sendo a área urbana impactada sobremaneira em função de que, uma grande parte territorial está localizada em área de várzea, desse modo, presencia-se danos sociais, econômicos e ambientais que a enchente e a cheia provocam no cotidiano das famílias e no contexto local da cidade. Neste trabalho, compreende-se a enchente dos rios, em Barreirinha, como uma forma de desastre socioambiental e, dependendo do nível em que ocorre, pode agravar as situações de vulnerabilidade social das famílias. O conteúdo pauta-se em revisão bibliográfica, pesquisa exploratória e documental. Os resultados deslindam que a PAS tem intervindo nos casos de desastres na medida em que estes se enquadram em uma situação de emergência ou calamidade pública, cujos atendimentos como escutas, acompanhamentos, estudos socioeconômicos, doação de cestas básicas e madeiras, entre outros são fundamentais às famílias, no entanto, as ações continuam sendo pontuais o que justifica a indiferença do Estado capitalista em responder às particularidades de Barreirinha e de outros municípios amazônicos, no período de enchente dos rios.

**Palavras-chave:** Desastre; Enchente; Assistência Social; Amazonas; Barreirinha.

### **DISASTER SITUATIONS, RIVER FLOOD AND SOCIAL ASSISTANCE: REFLECTIONS ON THE REALITY OF AN AMAZON MUNICIPALITY**

**ABSTRACT:** This article proposes to reflect on disaster situations and the assistance provided by the Social Assistance Policy (PAS) to affected families. Particularizes the debate in the reality of the municipality of Barreirinha, State of Amazonas, which coexists annually with the floods and floods of the rivers, with the urban area being greatly impacted due to the fact that a large territorial part is located in a floodplain area. In this way, there is social, economic and environmental damage that the flood and flood cause in the daily lives of families and in the local context of the city. In this



work, the flooding of rivers in Barreirinha is understood as a form of socio-environmental disaster and, depending on the level at which it occurs, it can aggravate the situations of social vulnerability of families. The content is based on bibliographic review, exploratory and documentary research. The results reveal that the PAS has intervened in the cases of disasters as they fit as an emergency situation and public calamity, whose services such as listening, monitoring, socioeconomic studies, donation of basic baskets and wood, among others are fundamental to families, however, the actions continue to be punctual, which justifies the indifference of the capitalist state in responding to the particularities of Barreirinha and other Amazonian municipalities, in the period of river flooding.

**Keywords:** Disaster; Flood; Social Assistance; Amazonas; Barreirinha.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho insere-se na discussão sobre as situações de desastres e o atendimento realizado pela Política de Assistência Social (PAS) às famílias afetadas. Os desastres são acontecimentos adversos que provocam agravos à natureza humana, podem ser de diferentes tipos tais como: estiagens severas, ventos fortes, incêndios, desmoronamentos, chuvas de granizo, grandes enchentes e secas, entre outros, e atingem milhares de famílias no Brasil no que tange às questões sociais, econômicas e ambientais.

Na Amazônia Brasileira, sobretudo em municípios do Amazonas, o processo de enchente dos rios faz parte do cotidiano das famílias, pois ocorre anualmente e se trata de um fenômeno natural, no entanto, nos últimos anos o nível de subida das águas e os impactos ocasionados aos moradores de áreas urbanas e rurais, principalmente no ecossistema de várzea, pressupõe apreender determinadas enchentes como uma forma de desastre socioambiental. Isso porque, está se falando de uma relação homem-natureza que, nem sempre é harmônica, mas também de exploração, poluição e destruição do ambiente.

Assim, as situações de desastres demandam por atendimentos do Estado que, via políticas públicas, realiza (ou deveria realizar) intervenções qualificadas às famílias afetadas. Uma das políticas diz respeito à Assistência Social. Trata-se de uma Política interventiva com fundamentos teóricos, documentais e jurídicos, de modo que a partir de um trabalho intersetorial intervém nas ocasiões de desastres, sendo os impactos da



enchente dos rios na Amazônia um caso de desastre socioambiental presente no município de Barreirinha.

A particularidade do município de Barreirinha se explica por dois pontos centrais. O primeiro, é que grande parte territorial da cidade está situada em uma área de várzea, logo, grandes enchentes<sup>1</sup> inundam 90% dos bairros. O segundo, corolário ao primeiro, é que com este fenômeno os moradores passam a enfrentar situações adversas do ponto de vista social, econômico e ambiental. A depender do nível de enchente dos rios, Barreirinha decreta estado de emergência ou calamidade pública, assim a PAS em parceria com a Defesa Civil é demandada para o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social.

Diante disso, o presente trabalho propõe refletir sobre a situação de desastre socioambiental, no âmbito da enchente dos rios, e o atendimento realizado pela PAS na área urbana do município de Barreirinha, Estado do Amazonas. O texto pauta-se em revisão bibliográfica, pesquisa exploratória e documental. Os dados sobre a realidade de Barreirinha foram colhidos a partir da vivência dos autores no município, bem como, em Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, Relatório de Iniciação Científica, Artigos publicados em periódicos e em Anais de Congressos; todos estes selecionados de maneira intencional pelos autores com base no objetivo proposto no artigo.

O trabalho está dividido em três partes, além dessa introdução. A primeira traz um panorama acerca do que se entende por desastre socioambiental e a relação com a PAS. A segunda aborda a enchente como uma forma de desastre socioambiental, particularizando na realidade de Barreirinha. Por fim, discutem-se as intervenções realizadas pela PAS junto às famílias afetadas pela enchente dos rios; seguida das considerações finais.

## **DESASTRE SOCIOAMBIENTAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

<sup>1</sup> Ao considerar o ecossistema de várzea como central em Barreirinha, vale explicar que, segundo Pereira (2007), no ambiente varzeano existem quatro “estações climáticas” em razão da falta de sincronização entre o regime fluvial e o regime pluvial (chuvas) que regulam o calendário agrícola, são elas: a enchente (subida das águas), a cheia (nível máximo das águas), a vazante (descida das águas) e a seca (nível mais baixo das águas).



Do ponto de vista conceitual desastre é entendido como “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (CASTRO apud VÍGOLO, 2013 p. 58). A soma entre o evento adverso, a exemplo dos terremotos, grandes enchentes e secas, incêndios, entre outros, e uma população vulnerável resulta, portanto, em um desastre.

Para Vígolo (2013), na referida apreensão, presente na maioria dos países latino-americanos, está subjacente que o desastre é uma intrusão na ordem social, na rotina da vida normal e previsível. Assim, toma-se o termo desastre socioambiental baseado nos estudos de Vígolo (2013), a qual considera que o mesmo possui fatores determinantes de ordem natural, social, econômica, política e cultural que se combinam.

O desastre socioambiental é a expressão da relação destrutiva entre sociedade e natureza que se manifesta em determinado momento e espaço, provocando prejuízos à vida. Atinge as populações de forma diferenciada, de acordo com as condições geológicas, hidrológicas, climáticas, econômicas, sociais, culturais, políticas, científicas, institucionais, etc. O desastre socioambiental revela as incongruências existentes nas relações entre os seres humanos e entre estes e a natureza no modo de produção capitalista.

Nessa linha de reflexão, fica notório que neste trabalho o desastre relaciona-se com a questão ambiental, isso porque, contemporaneamente evidencia-se cada vez mais o debate relacional homem-natureza. Isso se faz necessário em razão das preocupações emergentes, sobretudo no âmbito dos movimentos sociais, acerca dos rumos e da forma como o sistema capitalista se apropria e avança na destruição da natureza, haja vista o processo de acumulação do capital.

Leff (2001) e Silva (2010) sinalizam que as preocupações com a questão ambiental no contexto internacional e nacional se tornaram mais evidentes a partir da década de 1960 do século XX. Desde então, estudos, eventos científicos, movimentos sociais, organizações diversas, a mídia e outros tem chamado atenção para a importância de se rever os caminhos que a humanidade tem traçado na relação com a natureza. Tem-se questionado o papel do Estado nesse contexto, uma vez que ao adotar



uma posição de classe em favor da burguesia, o Estado se distancia da preservação e/ou conservação do ambiente em sua totalidade.

Sauer e Ribeiro (2012) e Nunes (2013) compreendem que o debate acerca da questão ambiental não se resume as questões ecológicas ou biológicas, antes se trata de uma problemática de caráter social e político já que perfaz uma relação simbiótica homem- natureza, “o homem se constrói e se constitui como tal neste espaço, e faz parte do meio ambiente, convivendo com todos os demais seres vivos concomitantemente, construindo-o e modificando-o ao longo dos anos [...]” (SAUER; RIBEIRO, 2012, p. 391). Daí as arguições do termo *socioambiental*.

Para Santos (2012a, p. 36) os desastres socioambientais “[...] constituem-se como ameaças à vida social, especialmente às populações que vivenciam a exclusão socioespacial e a socioeconômica, que são, majoritariamente, as mais afetadas nesses contextos”. Ou seja, os desastres afetam sobremaneira a vida de uma população que, sendo vulnerável, está sujeita a impactos ainda maiores no cotidiano. Nesse sentido, a atuação das políticas públicas se faz necessário para o atendimento de demandas a partir de diferentes realidades, caso da PAS.

Segundo a PNAS (2004), a Assistência Social, por meio dos serviços socioassistenciais, objetiva contribuir com o desenvolvimento humano e social dos sujeitos em uma perspectiva intersetorial com outras políticas públicas, sobretudo no atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco<sup>2</sup>, sendo essas, segundo Santos (2012a), as vítimas em potencial dos desastres socioambientais.

Com a PNAS (2004) e a NOB/SUAS (2005) a Assistência Social passou a ser organizada em duas esferas de proteção: a) Proteção Social Básica (PSB), cujo atendimento corresponde ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e outras unidades públicas de Assistência Social; b) Proteção Social Especial (PSE) (de média e alta complexidade), tendo como unidade pública de atendimento o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

A NOB/SUAS (2005) inovou na padronização e racionalização dos serviços, e maior organização e normatização levando em conta também as particularidades

---

<sup>2</sup> Refere-se à probabilidade de ocorrência de um evento de origem natural, ou produzido pelo ser humano, que concretiza a passagem da situação de vulnerabilidade, afetando a qualidade de vida das pessoas e ameaçando sua subsistência (Dicionário de Termos técnicos da Assistência Social).



regionais e locais. Na concepção de Sposati (2004, p. 14) “cabe a Assistência Social ações de prevenção e provimento de um conjunto de garantias e seguranças que cubram, reduzam ou previnam exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais, bem como, atendam às necessidades emergentes ou permanentes decorrentes de problemas pessoais, pessoais ou sociais de seus usuários”.

Dentre os serviços da PSE, destaca-se o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. As situações de risco pessoal e social com violação de direitos atendidas na PSE podem estar relacionadas, por exemplo, ao território, à violência, ao tráfico, às catástrofes naturais (COLIN; PEREIRA, 2013). Esta modalidade protetiva se operacionaliza por meio da oferta de ações de apoio a situações de riscos circunstanciais, em decorrência de calamidades públicas e emergências (PNAS, 2004).

Nesse sentido, a relação estabelecida entre desastre e a PAS caminha sob o viés de uma particularidade amazônica, referindo-se às enchentes sazonais dos rios. Trabalha-se com esta realidade por entendê-la que a forma como vem ocorrendo nos últimos anos, sua intensificação causa impactos sociais, ambientais e econômicos às famílias de áreas urbanas e rurais. Além disso, agrega-se a esta a intervenção humana no ambiente.

Santos (2012b) pondera que a PAS possui um papel ímpar nas questões que envolvem esses fenômenos, pois, com a intervenção humana, a enchente dos rios tende a ser mais grave. Para a autora “pode-se afirmar que a Política de Assistência Social opera na esfera das necessidades sociais e das situações de risco em que as pessoas possam vivenciar e, neste sentido, é uma das políticas centrais que constituem as ações do Estado no enfrentamento das situações de desastres” (SANTOS, 2012b, p. 122).

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (TNSS), aprovada pela Resolução n. 109 de 11 de novembro de 2009, foi um importante passo no processo de construção institucional da PAS, pois reuniu o conjunto dos Serviços que integram o SUAS com a correspondente definição, objetivos e provisão, considerando o público a que se destina, as situações atendidas e as seguranças socioassistenciais a serem afiançadas.



O Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências visa promover proteção à população atingida com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas. Ainda, busca assegurar a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas (TNSS, 2009).

Na mesma direção, a LOAS (2011, p. 5), no Art. 12, inciso III, dispõe que compete à União “atender, em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, as ações assistenciais de caráter de emergência”.

Vale dizer que a TNSS (2009, p. 44) diz respeito a uma série de ações concretizadas sob a orientação do trabalho de diferentes profissionais nas questões que envolvem os impactos decorrentes de desastres socioambientais, assim, citam-se:

Proteção social proativa; escuta; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; orientação sociofamiliar; referência e contrarreferência; informação, comunicação e defesa de direitos; acesso à documentação pessoal; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais e de defesa de direitos; mobilização de família extensa ou ampliada; mobilização para o exercício da cidadania; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; diagnóstico socioeconômico; provisão de benefícios eventuais (TNSS, 2009, p. 44).

Entretanto, a qualidade e legitimidade das ações requer uma forte articulação com os demais setores (SANTOS, 2012b). A PAS não caminha sozinha, por isso a importância de parceria com as demais políticas setoriais para que sua atuação não se constitua em uma improvisação de recursos materiais e humanos (SIENA, 2009). E(SIENA, 2009). m geral há uma maior articulação com a Defesa Civil nas esferas municipal, estadual e federal.

É válido salientar que, este direcionamento de iniciativas em situação de risco decorrente de emergências circunstanciais e calamidades públicas está presente nas diretrizes do SUAS, bem como, no contexto profissional do Serviço Social. Isso pode ser visualizado no Código de Ética Profissional. O Art. 3º ratifica que o Assistente Social deve “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades” (CFESS, 1993, p. 27).



Nesses casos, o trabalho realizado pelo Assistente Social é, especialmente, o estudo social e o levantamento socioeconômico, pois dispõe das competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, por isso pode contribuir nas condições sociais dos usuários atendidos (RIBEIRO; PONTES, 2014). Diante do exposto, o que se pretende a partir destas iniciativas, como apontado na TNS (2009), é a minimização de danos, a proteção social a indivíduos e famílias, a reconstrução das condições de vida familiar e comunitária.

Dutra e Gonçalves (2016, p. 120) arrematam que:

Após a ocorrência dos impactos, assistentes sociais deixam sua rotina de trabalho para engrossarem as equipes de atendimento nas diversas emergências que ocorrem todos os anos no contexto nacional. Entre deslizamentos, secas, terremotos e outras situações que geram um grande contingente de desabrigados, desalojados e familiares, estão os assistentes sociais.

Por outro lado, os avanços na PAS quanto às intervenções ainda são pontuais, desenvolvidas a partir de uma satisfação imediata. A leitura apreendida em Santos (2012a; 2012b) e Dutra e Gonçalves (2016) sugere que, diante da iminência de novos acontecimentos de desastres são necessários planejamentos mais plausíveis para que as situações sejam atendidas de maneira mais qualificadas. Em se tratando dos municípios da Região Norte, tal fato se acentua mais ainda, pois, o fenômeno de enchente dos rios é anual e tende a se tornar mais grave a partir da premissa de intervenção humana de maneira destrutiva no ambiente.

## **A ENCHENTE COMO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL: A PARTICULARIDADE DO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA/AM**

O fenômeno de enchente e cheia dos rios não é algo inédito. Está presente no cotidiano do amazônida, porém, contemporaneamente, esse fenômeno vem causando prejuízos graduais nas áreas rurais e no cotidiano dos cidadãos, a saber: mudanças na habitação, no trabalho e renda, nas condições de saúde e educação, no ambiente e na infraestrutura das cidades.

Particularmente, os municípios no Amazonas são compostos por dois ecossistemas distintos: áreas de terra firme e várzea. Esta última é onde se dá de forma



mais intensa o fenômeno da enchente dos rios, que interferem sobremaneira nas condições de vida dos povos rurais e urbanas, com ênfase os que habitam às margens dos rios amazônicos.

A várzea, diferente da terra firme, é formada por áreas inundáveis situadas às margens dos rios de águas brancas ou barrentas, formando um mosaico de ambientes fundamentais para a diversidade de uso que os povos fazem dos recursos (PEREIRA et al., 2007). Este ambiente corresponde a planícies baixas que evidenciam um modo particular de vida por ser a região atingida profundamente pela dinâmica das águas.

Durante um período do ano (4 a 5 meses) a maior porção dessa planície fica submersa e faz parte do ambiente aquático; em outro período, do terrestre. A várzea na Amazônia é considerada o sistema ambiental mais complexo e heterogêneo pela sua associação nuclear entre a água e a terra (SILVA, 2015).

Outra característica da região amazônica refere-se às cidades que foram formadas ao longo dos rios, por isso, não estão imunes ao movimento das águas. Assim, passam a conviver com o fenômeno da enchente/cheia/vazante/seca, tendo ruas e casas alagadas. Exemplo desse processo é a cidade de Barreirinha, localizado na região do baixo Amazonas. Durante grandes enchentes os impactos são visualizados na dinâmica da cidade, pois, as escolas, o comércio, as instituições de saúde e assistenciais, as habitações, enfim, o *modus vivendi* precisa ser readequado para este período.

Como ressalta Carneiro (2015; 2016) muitos serviços são paralisados pela inviabilidade de realizá-los. A população sente dificuldade em sair de casa. Várias instituições têm suas atividades paralisadas ou são transferidas para outras localidades em áreas não alagadiças. As escolas imunes da enchente passam a servir de abrigo para as famílias que não tem condições de permanecer em casa. Parte dos moradores têm a renda e o trabalho prejudicados, e isso interfere diretamente na questão econômica. Há, ainda, aumento da incidência de doenças. Agrega-se a esta realidade o lixo e tudo que é despejado nas águas de forma inadequada prejudicando o meio ambiente.

A cidade, por sua localização territorial, está vulnerável e suscetível às enchentes. Em 2009 ocorreu a grande enchente que marcou a cidade, ninguém tinha noção da proporção que tomaria, nas palavras de uma moradora: “em 2009 nós fomos pegos de surpresa [...]” (JORNAL ACRÍTICA, 2012). Os moradores e o poder público



não estavam preparados para o impacto e as mudanças que ocorreram no município. Este fenômeno foi noticiado em diferentes veículos de comunicação, inclusive com repercussão nacional. A partir deste ano outras enchentes e cheias ocorreram. Em fenômenos mais recentes, a sede do município já chegou a ficar aproximadamente 90% submersa nas águas.

Segundo o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC, 2012) existem quatro estágios dos desastres naturais: o de atenção, o de alerta, e o estado de emergência e calamidade pública. As ações são realizadas de acordo com cada estágio. Quando ocorre situações mais bruscas de subida ou descida das águas, o poder público municipal decreta situação de calamidade pública em virtude do impacto causado na vida da população barreirinhense, tanto da cidade quanto de algumas comunidades rurais.

O Atlas Brasileiro (2012) de desastres naturais que mapeia a ocorrência de desastres de 1991 a 2012, indica que os maiores registros de inundações no município de Barreirinha ocorreram nos anos de 1993, 2009 e 2012, assim como as estiagens e secas registradas nos anos de 2005, 2010 e 2011.

Em ambos os casos, o cotidiano é modificado nesses períodos, mas, ao se tratar da área urbana, a enchente dos rios confronta-se com políticas públicas instáveis e com poucas condições de intervenção. No limite, quando se trata dos municípios interioranos, nota-se que contam com pouca infraestrutura (SOUZA, 2011), ou seja, as políticas públicas da região se mostram rarefeitas, visto que não atendem de forma satisfatória e igualitária a todos, sobretudo se levarmos em consideração as questões geográficas e territoriais as quais dificultam o acesso aos direitos.

Assim, a enchente dos rios pensada sob a premissa de um desastre socioambiental, em função dos impactos que tem na vida das pessoas afetadas e nos locais atingidos, esse fenômeno “coloca-se como um desafio para a Política de Assistência Social porque explicita ainda mais as desigualdades sociais, pois embora atinjam todas as classes sociais, sem dúvida são os mais pobres os maiores atingidos” (VÍGOLO, 2013, p. 94).

A pesquisa exploratória realizada em Barreirinha indica que a PAS se operacionaliza por meio de suas unidades operacionais, a saber: Secretaria Municipal de



Assistência Social – SEMAS, 01 Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, 01 Centro Especializado da Assistência Social – CREAS, Central de Cadastramento Único – CadÚnico e um Centro do Idoso, além de outros equipamentos e instituições que realizam ações assistenciais.

Barreirinha é um município de pequeno porte<sup>3</sup>, com população estimada, em 2019, de 32.041 habitantes (IBGE, 2019), sendo aproximadamente 46% desse total moradores da área urbana. Segundo Carneiro e Ribeiro (2016), no período de enchente dos rios todo o corpo técnico das unidades de Assistência Social é acionado; formam uma força tarefa para atender as demandas que se apresentam. E, como já salientado, a PAS não atua sozinha, precisa realizar um trabalho conjunto com os demais setores de políticas públicas como saúde, educação, meio ambiente, obras e Defesa Civil.

Sobre a relação das políticas públicas em Barreirinha e o atendimento às famílias no período de enchente dos rios, pode-se sintetizar da seguinte forma:

#### **Quadro 1 – Estratégias adotadas pelas secretarias quanto ao fenômeno das águas**

<b>Informantes da pesquisa</b>	<b>Descrição das falas de gestores municipais de políticas públicas</b>
<b>Gestor da Secretaria Municipal de Saúde</b>	[...] montamos o plano de contingência da enchente. Através desse plano fazemos o levantamento de todas as ações preventivas que podemos atuar nesse período [...]. Todos os programas se intensificam [...]. O setor de endemias se mantém vigilante fazendo coleta de água, amostra de insetos, tudo aquilo que a gente pode coletar para agir preventivamente. Os nossos agentes de saúde fazem visita diariamente, fazendo levantamentos, verificando se há aumento no número de doenças como a diarreia, visto que muitas crianças tem contato direto com a água. Fazemos distribuição de hipoclorito [...]. São estratégias que não são coisas novas, apenas nos redobramos naquilo que já existe para lhe dar com esse momento difícil.
<b>Gestor Municipal de Cultura, Turismo e Meio Ambiente</b>	Como o nosso principal problema é com o lixo, de início nós já temos uma lei federal que estipula prazos para todos os municípios do Brasil se adequarem, fechem seus lixões para que não tenha mais lixão a céu aberto. [...] Em Barreirinha deverá ir para o lixão somente o descarte, para isso nós já temos uma associação de catadores organizada que deverão ajudar muito no trabalho coletando os resíduos que são reaproveitáveis para que vá para o lixão o mínimo possível. Essa alternativa vai amenizar muito a situação principalmente no período da enchente.
<b>Gestor Municipal de</b>	A gente entra em parceria com os recursos humanos através da secretaria e defesa

<sup>3</sup> O Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2010) ratifica que sua população é de 27.355 habitantes. Este número populacional o consagra como sendo um município de Pequeno Porte II. De acordo com o IBGE (2010), a subdivisão dos municípios brasileiros delinea-se da seguinte forma: Pequeno Porte 1 – até 20.000 hab.; Pequeno Porte 2 – 20.001 a 50.000 hab.; Médio Porte – 50.001 a 100.000 hab.; Grande Porte – de 100.001 mil a 900.000 hab.



<b>Assistência Social</b>	civil. A Defesa Civil já é um órgão que é parceiro da Assistência Social, então, além dos recursos humanos, fazemos essa comunicação acontecer, para que não fique só na parceria, mas fica tudo por conta da Defesa Civil, e se ela precisar de algum apoio a gente dá [...].
<b>Gestor Municipal de Educação</b>	Desde a primeira grande enchente que nós tivemos em 2009, [...] o principal problema que nós enfrentamos e a atitude que nós tomamos é a de verificar aquelas famílias mais carentes que nós assistimos através da secretaria de educação e procurar um destino que dê segurança: a questão do abrigo. [...] Pela quantidade de tempo que se paralisou o calendário, procuramos também oferecer oficinas pedagógicas para que estes alunos não ficassem sem nenhuma formação, sem nenhum incentivo educacional nesse período. E [...] o levantamento da situação socioeconômica dessas famílias para que eles pudessem estar recebendo seus benefícios. Porque também o bolsa família que é um dos benefícios do governo federal, é um dos que mais assiste as nossas crianças e essas famílias carentes, por isso é necessário que se tenha o acompanhamento da saúde, da assistência social e a frequência da escola.

Fonte: Trechos de falas dos participantes de pesquisa disponíveis em Carneiro (2015; 2016).

Por meio da triangulação de dados, verifica-se que o poder público municipal tem se articulado de forma estratégica diante das demandas presentes durante a enchente dos rios, embora algumas dessas intervenções precisem ser qualificadas no sentido de melhor atender as famílias afetadas em Barreirinha.

As falas dos participantes de pesquisa depreendem que as secretarias realizam trabalhos na medida do possível para atender as demandas dos moradores. Em nível de planejamento, observam-se algumas estratégias que partem tanto das demandas quanto das iniciativas das secretarias. Os dados em análise corroboram a perspectiva de que a enchente dos rios, em Barreirinha, se traduz como uma forma de desastre socioambiental, haja vista seus impactos e as mobilizações das políticas públicas no atendimento às famílias.

A fala do Gestor da SECTRAM chama atenção, pois aborda uma problemática evidenciada nos estudos de Carneiro e Ribeiro (2015), a questão dos resíduos sólidos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), sancionada em 2010, pondera acerca das “[...] diretrizes para o planejamento e a gestão dos resíduos no país, tais como a obrigatoriedade da preparação de planos municipais de gerenciamento de resíduos, o estabelecimento de prazos para a erradicação dos lixões [...]” (GOUVEIA, 2012, p. 1508). Assim, o que se observa é certa parcialidade do poder público em resolver a questão, uma vez que desde 2010 a Lei existe. Reitera-se que esta é uma realidade não



só de Barreirinha, vários municípios do Amazonas, inclusive Parintins, cidade vizinha, se tornou foco abundante dos debates quanto à problemática do lixo.

Os relatos dos entrevistados reforça o debate de Santos (2012a; 2012b) quanto os desafios à Assistência Social e a necessidade de ações intersetoriais em articulação com a Defesa Civil. Trata-se de um trabalho desafiador e requer cautela ao ser realizado, pois, em muitos casos as intervenções podem se resumir a ações assistencialistas, paliativas, vinculadas ao paternalismo político. Nesse sentido, Vígolo (2013, p 94) afirma que:

A ocorrência dos desastres socioambientais pode tanto colocar em cena as velhas práticas assistencialistas, focalizadas e impregnadas de interesses eleitoreiros, quanto acender o debate sobre as desigualdades e contradições sociais e fortalecer a concepção de cidadania das políticas sociais.

Em Barreirinha aprende-se que as políticas precisam ser trabalhadas de maneira mais articulada a fim de garantir a efetivação do planejamento. É preciso trabalhar de forma intersetorial com as demais instituições com vistas à qualificação das intervenções. Neste panorama apresentado verifica-se o desafio das políticas públicas em atuar frente aos fenômenos naturais, com destaque, neste artigo, à Assistência Social.

## **A INTERVENÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DA ENCHENTE DOS RIOS NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA**

Os problemas nas áreas urbanas desvelam as necessidades imediatas dos moradores, ao mesmo tempo, são lugares estratégicos para formulação de políticas públicas (NUNES, 2008). São muitas as dificuldades enfrentadas pela população barreirinhense em meio ao fenômeno de enchente dos rios, a saber: questões de saúde, renda, educação, mudanças no cotidiano de vida, no meio ambiente etc. Em 2015 uma média de 3.702 famílias foi afetada pela enchente dos rios; só na sede do município foram 2.902 (RELATÓRIO COMDEC/BAE, 2015), requerendo intervenções que minimizassem as problemáticas que se apresentaram.



Neste tópico, abordam-se questões relativas à intervenção da PAS por entender seu papel relevante nas ações realizadas no período de enchente dos rios. A fonte de informações, conforme sinalizado, são pesquisas publicadas por meio de Trabalhos de Conclusão de Curso, Relatórios de Iniciação Científica, Artigos publicados em periódicos e Anais de Congressos, os quais têm como *locus* de investigação a cidade de Barreirinha.

Vale ressaltar que a Assistência Social atua em parceria com a Defesa Civil e com um conjunto de instituições sob a ótica intersetorial. Nas pesquisas analisadas, foi possível identificar a relação que os entrevistados fazem entre a PAS e o fenômeno de enchente dos rios. A fala do gestor da SEMAS analisa essa relação a partir do exemplo de 2009, ano da maior enchente até então no município.

É um conjunto, [...] a chegada inesperada de uma enchente, como foi a de 2009, foi a mais impactante [...], muitas pessoas abandonaram suas casas, outras foram para abrigos ofertados pelo Estado em parceria com as escolas. O atendimento da Assistência foi visto justamente como meio para amenizar, achar uma saída para que as pessoas não sofressem tanto, mesmo tendo que abandonar suas casas. A defesa civil até então era algo um pouco a parte, não influenciava diante dessa situação, [...] (Trecho de um participante de Pesquisa disponível no TCC de Carneiro, 2016).

O relato deslinda algumas situações que as famílias foram acometidas com a enchente de 2009, pois se tratou de um processo não esperado tampouco planejado por parte dos moradores. Nesse contexto, a Assistência Social atua como porta de entrada para a provisão de alternativas que sanem as problemáticas. Trata-se de uma Política fundamental em Barreirinha, sobretudo porque até 2009 a Defesa Civil não estava implantada como uma coordenadoria no município, assim a PAS liderava as ações e recebia apoio da Defesa Civil apenas em alguns casos mais graves.

De 2009 a 2019 já ocorreram outras enchentes de elevado nível no Estado do Amazonas e as famílias em Barreirinha tem vivenciado essa realidade com parcas diferenças em termos de intervenção do Estado. Especificamente, segundo Santos (2012a), a Assistência Social por atuar diretamente com as expressões da questão social, desenvolve ações imprescindíveis relacionadas a situações de emergência e calamidade pública a partir do momento em que um desastre afeta a vida e a estrutura local de um dado território.



Santos (2012a, p. 36) organiza o atendimento da PAS nas situações de emergência e calamidade pública da seguinte maneira:

a) a preparação, ou pré-impacto, refere-se à atuação direta junto a indivíduos e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, que habitam áreas de risco, vivenciam situações de pobreza e exclusão socioeconômica e socioespacial, sendo este o público em potencial dos desastres; b) ruptura/emergência, ocorre durante o impacto, trata-se da responsabilização pelo acolhimento dos afetados, por sua inserção nos abrigos, da gestão do abrigo, do gerenciamento e da distribuição de benefícios, entre outras ações; c) recuperação, ou pós-impacto, relaciona-se à garantia dos meios de manutenção dos afetados nos abrigos ou do retorno às moradias que [...] estiverem em condições de habitabilidade, acompanha o encaminhamento às moradias populares, defende a participação da população no processo decisório sobre a reconstrução das cidades, orienta sobre o acesso aos benefícios contínuos, entre outras.

Embora o relato anterior não faça referência à PAS quanto à questão documental, é sabido da contribuição que esta Política tem no processo de desastre socioambiental, estando subsidiado pelo que preconiza a PNAS (2004) e a TNSS (2009).

No geral, as demandas que chegam até a Assistência Social em Barreirinha são diversas e refletem as mudanças e a vulnerabilidade em que se encontram as famílias quando estão vivenciando o fenômeno de enchente dos rios. Sobre isso, os relatos dos técnicos que atuam na SEMAS (2016) ratificam o aludido.

Primeiro é o abrigo, porque tem algumas casas que estão em ruas que alagam muito. Segundo são cestas básicas [...], recursos financeiros para ir para outros municípios ou comunidades da área rural. Muitas famílias do nosso município veem de outras comunidades, aí quando a casa vai no fundo elas têm para onde retornar. Então, tem ajuda de custo, remédios, porque muita doença vem junto com a cheia. (Trecho de um participante de Pesquisa disponível no TCC de Carneiro, 2016).

No primeiro momento são as pontes que fazem para dar acesso às casas e ao comércio, assim a ajuda é com a madeira [...]. Também há ajuda com embarcação para quem quiser sair para outro lugar que não vá no fundo. E aí vem a cestas básicas (Trecho de um participante de Pesquisa disponível no TCC de Carneiro, 2016).

Observa-se que as falas dos técnicos refletem questões econômicas, sociais e ambientais vivenciadas em Barreirinha nesse período. Assim, as respostas da PAS às demandas ou necessidades apresentadas pelos usuários no período de enchente seguem



as orientações dispostas nos documentos que balizam as ações da Política. Importa dizer que as cestas básicas doadas pela PAS dizem respeito aos Benefícios Eventuais<sup>4</sup> constantes na LOAS (2011). Assim, as cestas básicas são viabilizadas pelo município quando ocorrem situações de vulnerabilidade temporária decorrentes de algum tipo de desastre. Ou seja, é uma ação na lógica do direito social, por isso não pode ser vista como benesse do Estado.

Em relação ao processo operacional por parte dos técnicos e outros profissionais, os dados colhidos nos trabalhos pesquisados indicam uma perspectiva intersectorial, cujo fato foi constatado na pesquisa exploratória.

Quadro 02 – Intervenções realizadas pela PAS frente à enchente dos rios.

Informante da Pesquisa	Intervenções realizadas
Gestor da SEMAS	Os nossos serviços são realizados por técnicos, psicólogos, assistentes sociais. As visitas deles onde as famílias estão [...], visa à necessidade de cada família nessas situações. Tem família que sofre psicologicamente com as perdas em decorrência da cheia [...]. Então a gente trabalha nesse meio, se danificou o assoalho de uma casa, nós podemos contatar com a Secretaria de obras, a SEMSA e a Educação. O nosso trabalho é corpo a corpo, identificando a vulnerabilidade de cada família, o que ocorreu para que a gente possa ajudar no que precisa. Nós não trabalhamos com recursos financeiros, porém quando acontece de alguém precisar, nós entramos em contato com o prefeito, para que através da secretaria de finanças arcar com as necessidades mais especiais.
Técnico 1	Nós realizamos as visitas domiciliares, colhemos dados através de uma ficha, a gente analisa a situação socioeconômica da família e depois de fazer essa análise nós encaminhamos para as outras redes. Encaminhamos quando há ocorrência de doença para a saúde, muitas famílias de baixa renda não recebem o bolsa família, então nós também encaminhamos para o CadÚnico e para a SEMAS para receber a ajuda eventual.
Técnico 2	Vamos atrás das pessoas que são atingidas, e com isso se consegue com os órgãos competentes fazer com que eles sejam ajudados. Com as crianças, que são mais atingidas, os idosos e os deficientes, visto que são atingidos e ficam ainda mais vulneráveis nessa situação.
Técnico 3	A Coordenadoria de Defesa Civil de Barreirinha - COMANDEC, juntamente com as demais Secretarias Municipais trabalham em conjunto dentro do plano de trabalho que visa amenizar os impactos desastrosos provenientes dos fenômenos naturais causados pela enchente e vazante no município de Barreirinha. Tais ações vão desde as construções de pontes de madeira na época da enchente [...] até o levantamento de dados constantes no período do

<sup>4</sup> O Art. 22 da LOAS afirma que, entende-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.



	evento desastroso. Usando essas informações para dá maiores sucessos nas ações de distribuição de alimentos ou ajuda humanitária através de ações conjuntas com voluntários ou entidades envolvidas.
--	--

Fonte: Trecho de falas de participantes de Pesquisa disponível no TCC de Carneiro, 2016.

De início, o trabalho realizado pelos profissionais é a identificação das vulnerabilidades. É uma soma de esforços a fim de melhor atender as demandas. Os serviços são realizados por técnicos da PAS e por voluntários, grupos, igrejas e demais entidades que buscam dar sua contribuição no processo.

A fala do gestor da SEMAS e do técnico em alguns aspectos convergem, pois, veem o trabalho intersetorial como fundamental para a minimização dos danos provocados pela enchente dos rios. Santos (2012a) ratifica que o risco de desastre deve ser pensado e gestado por um conjunto de políticas públicas e instituições e não somente pela Defesa Civil.

No que se ao abrigo como uma das questões requisitadas pelos moradores, trata-se de uma questão comum, uma vez que com a subida das águas as pessoas precisam sair de seus domicílios em razão de alagamentos. Por isso a equipe formada pela Defesa Civil, profissionais da PAS, voluntários e outros realizam o traslado das famílias para outros locais, conforme se pode verificar na figura 01.

Figura 1 - Translado de bens matérias em áreas alagadas



Fonte: ASCOM/PMB, 2014.

A imagem demonstra o trabalho da equipe da Defesa Civil e outros trabalhadores da Prefeitura na retirada de móveis, eletrodomésticos e outros materiais de uma família em área alagada no Bairro Ulisses Guimarães. A família em questão foi



encaminhada ao abrigo disponibilizado pela Prefeitura. Ademais, a figura também revela um traslado por meio de embarcação, pois, algumas famílias também saem da cidade e vão para comunidades rurais ou outras cidades.

Além do trabalho de alocação, identificam-se outras demandas que são requisitadas, mas que são de competência de outras instituições. Desse modo, a PAS faz a abordagem inicial e encaminha para a instituição responsável por tal.

Vale dizer que nem sempre a resposta do Estado às famílias afetadas é respondida na mesma dimensão do que se demanda. A doação de cestas básicas, madeiras, materiais de limpeza são respostas anuais viabilizadas através da PAS, isso porque, em Barreirinha, apesar do trabalho de infraestrutura na cidade, ainda assim a subida das águas atinge sobremaneira o contexto local.

Conforme sinalizado outrora, entre os profissionais que atuam na PAS está os/as Assistentes Sociais. Estes são imprescindíveis na atuação de desastres, haja vista que são os responsáveis por realizarem os atendimentos sendo, num primeiro momento, visitas *in lócus*, para conhecer a realidade vivenciada pelas famílias e a vulnerabilidade em que se encontram.

Este profissional tem o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993, p. 24), como um dos princípios fundamentais expostos pelo Código de Ética Profissional. É importante registrar que o Assistente Social tem o dever, conforme enfatizado no capítulo II, “de participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades” (CFESS, 1993, p. 27). Além da identificação das demandas é preciso que se realize o acompanhamento das famílias, não se restringindo o atendimento apenas no pós-impacto quando muita coisa já passou, é preciso agir desde o início quando os riscos se evidenciam com intuito de uma intervenção com melhores resultados.

A temática dos atendimentos nessas circunstâncias foi abordada como objeto central do 4º Fórum de Assistência Social do Ministério da Defesa, evento realizado no Rio de Janeiro (RJ), em que se discutiu o trabalho de Assistentes Sociais nas situações de emergência, desastres e calamidades públicas e as formas de enfrentamento a esses



acontecimentos no Brasil por meio de políticas públicas. As discussões do Fórum reforçaram que a atuação dos Assistentes Sociais em situações de desastres é central, por outro que se faz necessário mais debate e produção de conhecimento sobre esta temática (CEFSS, 2013).

Para um dos entrevistados presente na pesquisa de Carneiro (2016), embora haja dificuldades, limites e desafios no trabalho realizado, há também potencialidades. Sobre isso, em 2016, o governo municipal já estudava a possibilidade um plano de ação a longo prazo “[...] visando sempre amenizar os impactos desses fenômenos naturais, sendo o setor primário o que mais sofre porque as mudanças climáticas interferem de forma direta nas suas produções rurais de subsistências ou familiar e todos os anos os agricultores perdem praticamente toda sua produção” (Trecho da fala de um participante de pesquisa disponível no TCC de Carneiro, 2016).

Não obstante, a pesquisa exploratória realizada em 2019 deslinda poucos avanços. O que se pode presenciar na cidade são alguns trabalhos de infraestrutura para elevação das ruas. Ter uma memória de risco, planejar as ações para saber como agir diante do fenômeno de enchente dos rios é algo que precisa ser trabalhado, tendo em vista as pessoas afetadas, as quais buscam respostas dos órgãos competentes. O próprio técnico entende a enchente como fenômeno natural, sinaliza os impactos que ela provoca, sobretudo com a ação humana na natureza ocasionando mudanças cotidianas conforme já debatido em outros momentos.

De modo geral, o trabalho que vem sendo desenvolvido em rede é um ponto positivo. Mas a qualificação do saber-fazer de cada política é fundamental, por isso a importância do planejamento integrado. Vígolo (2013) diz que o planejamento integrado de ações e definição clara das atribuições dos diversos atores envolvidos no atendimento emergencial de pessoas atingidas por desastres socioambientais consiste em um dos desafios primordiais para a qualificação das ações, pois no momento de emergência inúmeras pessoas são convocadas ou se dispõem a contribuir para o atendimento das vítimas, mas desconhecem o que podem e devem fazer.

Vígolo (2013) chama atenção para o fato de que as incidências de desastres no Brasil sugerem a criação de um serviço específico para o atendimento em situações de emergências e calamidades públicas situado no âmbito da PSE da PAS. No entanto,



para esta autora, os municípios de pequeno porte que não apresentam as condições para implantação deste nível de proteção social vêm sendo atingidos frequentemente por desastres socioambientais. Este é um ponto a ser levado em consideração, visto que Barreirinha é um município de pequeno porte e diante da enchente dos rios tem suas dificuldades para atender as solicitações a contento.

O debate proferido pelos autores supracitados permite apreender que a quantidade de ações dos municípios acontece nos momentos emergenciais decorrentes dos desastres socioambientais. Assim, os municípios estão priorizando as ações de respostas em detrimento das ações de prevenção. Isto implica que haja planejamento de ações, capacitação dos profissionais, previsão orçamentária, criação de benefícios, implantação de serviços de mapeamento e adequação de locais para abrigo, porém, não é o que a realidade dos municípios apresenta.

A PAS já traz alguns apontamentos que podem auxiliar nas intervenções na perspectiva do aludido neste trabalho. Contudo, há necessidades de superação, de maiores esclarecimentos, de embasamento teórico, documental e jurídico com intuito de que as intervenções não recaiam no assistencialismo, em ações paliativas, e sim, sejam direcionadas pela ótica do direito social.

### **Considerações Finais**

Várias regiões vêm sendo atingidas por desastres naturais que afetam, sobretudo, povos e territórios mais vulneráveis. Diversas cidades já foram acometidas por desastres a exemplo da realidade amazônica onde as enchentes/cheias e vazantes/secas que, associadas às vulnerabilidades locais, desencadeiam desastres. A enchente dos rios é um fenômeno que se inserem anualmente no cotidiano da Bacia Hidrográfica Amazônica, contudo estão ocorrendo com maior frequência, intensidade e atingindo um número mais elevado de pessoas.

Contemporaneamente, o fenômeno de enchente dos rios vem ocasionando prejuízos graduais, uma vez que a interferência humana no ambiente sem consciência crítica tem contribuído para que esse processo seja cada vez mais assolador no cotidiano dos povos, principalmente aos moradores da várzea. Esse contexto demanda intervenções do Estado via políticas públicas sendo essas, às vezes, indiferente.



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

Em Barreirinha os impactos da enchente dos rios nas questões de saúde, saneamento básico, educação, trabalho e renda, habitação entre outras, afetam a vida da população local. No entanto, ainda que seja um fenômeno anual e previsível não tem sido acompanhada por uma avaliação mais próxima da realidade, bem como por estudos mais aprofundados que visem à elaboração de políticas numa perspectiva de totalidade.

A Assistência Social atua como a porta de entrada para a provisão de alternativas que sanem as problemáticas, tendo um importante papel neste processo. As demandas que se apresentam são diversas e refletem as mudanças e a vulnerabilidade em que se encontram as famílias no período de enchente dos rios. O município tem buscado se aperfeiçoar no atendimento às famílias afetadas por meio de políticas setoriais, considerando a particularidade de Barreirinha.

Apesar do trabalho desenvolvido no município, o qual demonstra melhorias frente à enchente dos rios, é fundamental superar as limitações, pois trata-se de uma realidade que já permeia a região de forma contínua e acentuada. É necessário maior planejamento, organização e re(pensar) políticas públicas que possam atender as demandas no âmbito de enchentes e vazantes, garantindo a melhoria nas condições de vida das famílias atingidas pelo regime das águas na Amazônia.

## Referências

**Atlas Brasileiro de Desastres Naturais: 1991 a 2012.** Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. 2. ed. rev. ampl. Florianópolis: CEPED UFSC, 2013.

BARREIRINHA. Prefeitura Municipal de Barreirinha. **Relatório das Ações Desenvolvidas pela Defesa Civil Ano de 2015.** Barreirinha, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS.** Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. **Coletânea de Leis:** CRESS 15ª Região/AM-RR, Manaus, 2008.



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**. Texto reformulado em 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.662, de 1993. **Código de Ética do/a Assistente Social**. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC**. Brasília, 2012.

CARNEIRO, K. K. C. **Impactos socioambientais e econômicos da enchente e vazante no baixo Amazonas**: um estudo de caso na área urbana do município de Barreirinha. Relatório do Programa de Apoio a Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Amazonas – PAITI/AM. UFAM, 2015.

\_\_\_\_\_. **Enchente/vazante e Política Pública de Assistência Social: um estudo de caso na área urbana do município de Barreirinha/AM**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), UFAM, Parintins, 2016.

CARNEIRO, K. K. C.; RIBEIRO, P. A. Impactos Socioeconômicos e Ambientais da Enchente e Vazante na cidade de Barreirinha/AM. *In: Anais do 4º Encontro Internacional de Política Social e 11º Encontro Nacional de Política Social* [online]. Vitória, UFES, 2016.

\_\_\_\_\_. Enchente e vazante no baixo Amazonas: impactos socioambientais e o papel das políticas públicas na cidade de Barreirinha/AM. *In: Anais do II Seminário Internacional de Questões Socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia – CD-ROM*. Manaus, UFAM, 2015.

CFESS. **Situações de desastres requerem assistentes sociais**. 2013. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/noticias\\_res.php?id=864](http://www.cfess.org.br/noticias_res.php?id=864). Acesso em: 10 jan. 2015.

COLIN, D. R. A.; PEREIRA, J. M. F. Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda: Alguns Apontamentos sobre a experiência brasileira. *In: CRUS, J. F. et al. (Org.). 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília: MDS, 2013. p. 100-133.

DUTRA, A. S.; GONÇALVES, R. S. Atuação dos assistentes sociais nos órgãos municipais de Proteção e Defesa Civil. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, 1º Semestre de 2016, n. 37, v. 14, p. 106 – 125.

GOUVEIA, N. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. *In: Ciência & Saúde Coletiva*, 17(6):1503-1510, 2012.



IBGE. **População do município de Barreirinha**, ano de 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/barreirinha/panorama>. Acesso em: 20 jun. 2020.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=am>. Acesso em: 12 mar. 2013.

JORNAL ACRÍTICA. **Defesa Civil do AM amplia ações humanitárias para municípios afetados pela enchente**. Disponível em: <<http://acritica.uol.com.br>>. Acesso em: 06 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **População de Barreirinha (AM) sofre com a enchente**. Disponível em: <<http://acritica.uol.com.br>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001

MDS. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatório de Informações Sociais: Panorama do Município de Barreirinha-AM segundo o Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php?file=entrada&relatorio=121>>. Acesso em: 06 jun. 2013.

NUNES, B. F. **A interface entre o urbano e o rural na Amazônia Brasileira**. In: CASTRO, E. (Org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 41-59.

PEREIRA, C. F. *et al.* Análise da caça nas comunidades da área de atuação do Piatam. In: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. (Orgs.). **Comunidades ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

PEREIRA, H. dos S. A dinâmica da paisagem Socioambiental das várzeas do rio Solimões-Amazonas. In: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. (Orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

RIBEIRO, P. A; PONTES, I. P. da S. Questão Socioambiental e Serviço Social: reflexões sobre a formação do assistente social para atuação no campo socioambiental. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – CD-ROM**. Natal/ RN, 2014.

SANTOS, R. dos. Gestão de desastres e política de assistência social. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v.15, n.1, 2012.



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

\_\_\_\_\_. **Gestão de desastres e política de assistência social: estudo de caso de Blumenau/SC.** 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SAUER; M.; RIBEIRO, E. M. Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional. **Rev. Textos e Contextos.** Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 390-398, ago/dez. 2012.

SIENA, M. **A dimensão de gênero na análise sociológica de desastres:** conflitos entre desabrigados e gestores de abrigos temporários relacionados a chuva. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SILVA, M. das G. **Questão Socioambiental e desenvolvimento sustentável:** um desafio ético-político ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, S. H. da. **Autopoiese nos Agrossistemas das Ilhas do Valha-me-Deus e Chaves – Juruti/PA.** Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia), Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2015.

SOUZA, M. N. B. de. **Indicadores Sociais no Amazonas:** contrastes na urbanização da capital e do interior. Manaus: Muiraquitã, 2011.

SPOSATI, A. Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade.** Ano XXIV, n. 77. São Paulo: Cortez, 2004.

VIGOLO, T. C. **Política de Assistência Social, prevenção e respostas aos desastres socioambientais.** 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

**Recebido: 5/7/2020. Aceito:20/7/2020.**

**Autores:**

**Kássia Karise Carvalho Carneiro**- Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM). Bolsista da CAPES. E-mail: [kassiakarise@gmail.com](mailto:kassiakarise@gmail.com)

**Patrício Azevedo Ribeiro** - Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). Bolsista do Programa PROPG/CAPES/FAPEAM - Edital 006/2018. Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM). Professor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) no Instituto de Ciências Sociais Educação e Zootecnia (ICSEZ), *Campus Parintins*. E-mail: [patricioribeiro@ufam.edu.br](mailto:patricioribeiro@ufam.edu.br)